



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA 29 DE MAIO DE 2019 - Nº 10/2019 - MANDATO 2017 – 2021**

Aos vinte e nove dias do mês de Maio do ano de dois mil e dezanove, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira e com a presença dos Senhores Vereadores Carlos Jorge Duarte Pereira, João Pedro Costa Arraiolos, Sónia Isabel Fernandes Sanfona da Cruz Mendes e António da Conceição Moreira. Secretariou a reunião Nuno Miguel Tendeiro Paulino, Dirigente Intermédio de 3º Grau da Unidade Orgânica Financeira da Câmara Municipal de Alpiarça.

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:

**Ponto 1 – Ata para apreciação e votação.**

Proposta de Ata n.º 09/2019 - Reunião realizada no dia 10/05/2019

Município de Alpiarça

**Para Deliberação:**

**Ponto 2 – Relatório/Informação – Balanço de Atividades PIICIE LT 2019.**

Município de Alpiarça

**Para Conhecimento:**

**Ponto 3 – Emissão de certidão de Compropriedade relativamente ao Prédio sito na rua 25 de Abril, nº 89, Casalinho, em Alpiarça.**

Município de Alpiarça

**Para Ratificação, conforme despacho do Sr. Presidente da Câmara:**



**Ponto 4** – Proposta – Alteração ao Loteamento da Zona Industrial de Alpiarça – Discussão Pública.

Município de Alpiarça

**Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente Informação Técnica:**

**Ponto 5** – Proposta – Procedimento Concursal para Nomeação em Regime de Comissão de Serviço do Cargo de Direção Intermédia de 3º Grau da Unidade Orgânica de Administração Geral, Apoio Jurídico e Recursos Humanos – Aprovação da Composição do Júri.

Município de Alpiarça

**Para Deliberação:**

**Ponto 6** – Proposta – Política de Privacidade do Município de Alpiarça.

Município de Alpiarça

**Para Conhecimento:**

**Ponto 7** – Licença Especial de Ruído, com início às 21,00 h do dia 08/06/2019 e termo às 06,00 h do dia 09/06/2019, para realização do evento “Casamento”, a realizar na Quinta da Torre, em Alpiarça.

Requerente: Carlota Almada Figueiredo

**Para Deliberação:**

**Ponto 8** - Licença Especial de Ruído, com início às 21,00 h do dia 24/05/2019 e termo às 02,00 h do dia 25/05/2019, para realização do evento “Baile Convívio dos Alunos da Escola EB 2,3 de Alpiarça”, a realizar no Recinto das Tasquinhas, no Largo da Feira, em Alpiarça.

Solicita isenção de taxas.

Requerente: Associação de Estudantes da Escola EB 2,3 de Alpiarça

**Para Ratificação:**

**Ponto 9** – Dia da Família 2019 – Agradecimento.

Requerente: Comissão Alargada da CPCJ de Alpiarça

**Para Conhecimento:**



**Ponto 10 – Aniversário da União de Veteranos da Ribeira de Santarém – Agradecimento.**

Requerente: União de Veteranos da Ribeira de Santarém

**Para Conhecimento:**

A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram dezasseis horas e quinze minutos, que cumprimentou todos os presentes e distribuiu de seguida o resumo diário de tesouraria referente ao dia vinte e oito de Maio de dois mil e dezanove, com um total de disponibilidades de 303.384,03 Euros (trezentos e três mil trezentos e oitenta e quatro euros e três cêntimos).

O Presidente deu inicio ao Período Antes da Ordem do Dia.

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

Presidente da Câmara

Começou por dar duas informações. A primeira tem a ver com o inicio do DECIR/2019 - Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais, que conta com a participação dos Bombeiros Municipais de Alpiarça. Disse que o arranque aconteceu a quinze de Maio e que os Bombeiros Municipais de Alpiarça irão estar presentes neste processo com uma ECIN, equipa de combate a incêndios, numa primeira fase e a partir de um de Julho com mais uma equipa, com um total de dez elementos nas duas equipas. A segunda tem a ver com o inicio das obras do Mercado Municipal, que está previsto para o dia onze de Junho. Informou que o executivo reuniu com os vendedores e os lojistas do Mercado, com os técnicos do Município e da empresa a quem foi adjudicada a obra, para o ajuste de alguns aspetos, considerando que durante todo o período dos trabalhos que se vão realizar, o Mercado vai continuar a funcionar. Para o efeito serão aproveitados os espaços disponíveis (lojas) virados para o exterior, situação que obriga a alguma ginástica por parte de todas as entidades envolvidas. Acrescentou que a empreitada está prevista para seis meses e que se pretende, numa segunda fase, incluir na Regeneração Urbana, no âmbito do processo do Portugal 2020, o reforço da verba para intervencionar as galerias do primeiro piso, que não estão previstas nesta primeira intervenção, bem como no espaço publico adjacente e nas artérias circundantes do Mercado.



Vereadora Sónia Sanfona

Cumprimentou os presentes e disse que foi com gosto que retomou as suas funções de Vereadora da Câmara Municipal, depois de motivos conhecidos do executivo e da necessidade de dar mais algum apoio à sua família. Deu nota que é com gosto que vê os Bombeiros Municipais intervirem nas equipas do DECIR, no âmbito do dispositivo distrital e destacou o quanto tem sido importante o reforço da capacitação dos nossos Bombeiros, considerando o reconhecimento do seu trabalho e a falta que fazem nestes dispositivos. Fez uma referência à empreitada do Mercado Municipal, questionando se, sendo possível fazer uma intervenção mais alargada estendida à parte superior do Mercado, esta possibilidade trouxe ao executivo uma maior clareza no destino a dar àquela infraestrutura, uma vez recuperada e melhorada. Recordou que há uns meses atrás, em reunião de Câmara, lançou um repto que viria depois a ser reproduzido em sede de Assembleia Municipal, embora em moldes ligeiramente diferentes, no sentido de, em torno da Barragem que considerou uma infraestrutura estratégica para o desenvolvimento do Concelho, lançar uma discussão com visibilidade regional e, eventualmente nacional, aproveitando o facto de se estar em fase de reprogramação de ajudas comunitárias, mas também pelo facto de os assuntos da natureza e da sustentabilidade estarem na ordem do dia. A Vereadora referiu que gostaria de saber se essa proposta teve algum desenvolvimento, se foi considerada uma proposta válida e aceitável e, se assim for, se há vontade para avançar com ela. Voltou a insistir que deveria haver um regulamento de utilização global da Barragem, considerando-o um instrumento que poderia ajudar a preservar o espaço, dotá-lo de algumas condições que não tem e, sobretudo, a evitar alguns abusos que vão existindo. Manifestou-se crítica da situação dos veículos dos pescadores estarem estacionados junto aos pesqueiros, entendendo que não há necessidade que isso aconteça mas referiu que não encontra em nenhum lado que isso esteja proibido, reforçando desta forma a importância da existência de um instrumento que defina como se pode utilizar, quem pode utilizar, em que condições e para fazer o quê. Ainda em relação à Barragem perguntou se há algumas respostas das diligências que o Município tem feito junto da tutela, sobre os problemas da Barragem, se existe poluição ou se existe o fenómeno da eutrofização por si só. Sobre as candidaturas aos fundos comunitários voltou a questionar se o montante que estava consignado à Unidade de Cuidados Continuados foi definitivamente abandonado e se será desviado para outros projetos. Pretende também saber se, na negociação da reprogramação, o Município tem intenção de incluir a



Barragem. Perguntou ainda qual o ponto de situação das obras da Escola e do quartel da GNR. Considerou que alguns municípios estão a conseguir arrancar, do ponto de vista estratégico, para o desenvolvimento económico e pretende saber se há algum desenvolvimento no concelho que seja importante conhecer. Apresentou de seguida um requerimento, em nome dos Vereadores do Partido Socialista.

Vereador António Moreira

Cumprimentou todos os presentes. Começou por agradecer a informação sobre as obras do Mercado Municipal, mas lamentou que, enquanto Vereador, tenha tido conhecimento dessas obras por pessoas de fora e não por informação dada pelo Município e que não tenha sido convidado para a reunião com os vendedores do Mercado. Invocou neste sentido o estatuto de direito da oposição e diz que os Vereadores da oposição têm o direito de ser informados pelo executivo da Câmara Municipal. Perguntou de seguida como está a questão do Jardim Municipal, uma vez que já foi aplicada a vedação. Chamou a atenção para umas telhas de zinco, onde há um tijolo ou dois em risco de queda. Sobre o Posto de Turismo, continua a achar que não tem lógica a forma como o Posto de Turismo foi considerado fazer e perguntou se a autarquia sabe quantas pessoas por mês são atendidos naquele espaço. Quis saber de uma situação que denunciou, na rua Comandante Fontoura da Costa, que tem uma casa abandonada com muitas silvas e lixo. Perguntou também pelo ponto de situação da candidatura para animais errantes. Mencionou que um terreno particular em frente da igreja, que já serviu de parque de estacionamento, se transformou numa pequena selva e numa lixeira e registou com agrado que a Câmara limpou o terreno, mas perguntou quem vai pagar a limpeza. Aflorou que, no seguimento da questão dos incêndios e na conseqüente limpeza dos terrenos perto de habitações, disse ter sido contactado por residentes no Beco do Hospital, onde existe uma valinha com muitas canas que caem para o terreno de um proprietário de uma habitação. Sugeriu que a autarquia resolva esse problema, considerando que no ano anterior houve um incêndio naquela zona. Comentou que teve conhecimento de obras na Ponte do Casal Branco, situação para a qual disse já ter alertado para a existência de uma lixeira naquele lugar e registou com agrado que a ponte está a ser recuperada, bem como toda a zona circundante que está mais aprazível. Chamou a atenção para o aviso que está naquela zona, que na sua opinião está incompleto, uma vez que devia constar o numero de



telefone a contactar em caso de necessidade de despejo de vários materiais. Mencionou uma situação que presenciou, relacionada com uma limpeza de oliveiras, cuja rama foi colocada num contentor de lixo, o que o desagradou, mas reconheceu que a autarquia devia tomar providências no sentido de informar a população sobre a forma como recolher esses sobrantes.

Vereador Carlos Jorge Pereira

Fez a relação dos serviços efetuados por administração direta, desde a reunião anterior, com destaque para a preparação dos espaços para a realização de várias iniciativas no concelho e para a lavagem de todos os contentores de lixo no concelho.

Presidente da Câmara

Respondeu às questões colocadas. Começou por falar no DECIR, dizendo que tudo se encaminha para um ano muito difícil, considerando que se esperam temperaturas altas. Realçou que Alpiarça colabora mais uma vez no Dispositivo, o que é um esforço grande para o Município, considerando que há um conjunto de despesas e custos associados, que recaem sobre a autarquia. Realçou no entanto que há também uma vertente de solidariedade para com o país e as outras populações, considerando que no Concelho não têm acontecido situações de grande gravidade, não sendo mesmo previsível um grande risco na nossa área, pelas suas características. De qualquer forma, contamos com a solidariedade de outros se se verificar alguma situação de catástrofe, esperando que não seja necessária qualquer intervenção. Sobre as obras do mercado, sublinhou que o executivo tem dito sempre claramente o que se pretende com a recuperação do Mercado. Reiterou que é muito simples e lembrou que aquela estrutura tem largas dezenas de anos que, apesar de algumas intervenções de melhoria efetuadas ao longo desse tempo, tem necessidades estruturais várias. Recordou que o mercado, à semelhança da esmagadora maioria dos mercados pelo país fora, têm muita dificuldade de sobrevivência. Disse que o objetivo é, em primeiro lugar reanimar o Mercado em termos comerciais e económicos e devolver as condições que possibilitem atrair clientes dando melhores condições a vendedores e frequentadores do espaço. O segundo objetivo é criar a possibilidade de utilização do Mercado como local de eventos, com alguma regularidade e atrair novos públicos. Transmitiu ainda que está previsto intervir no espaço público, no Largo Dr. José António Simões, com a possibilidade de incluir esplanadas. Numa outra fase o objetivo é fazer



uma intervenção nas ruas circundantes do mercado, de forma a que possam surgir novas possibilidades de negócio. Em relação ao primeiro piso, o que se pretende é também numa outra fase, recuperar todo o espaço e criar a possibilidade da existência de nichos de empresas e de apoio ao aparecimento de novas empresas. Relativamente à barragem dos Patudos admitiu que foi assumido, quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal, a realização de um debate alargado para discutir a questão da Barragem. Transmitiu que o Regulamento de utilização da Albufeira é também para avançar, recordando que sempre existiram desrespeitos, em relação à utilização daquele espaço, fazendo sentido haver, ao nível do enquadramento regulamentar mais um instrumento, para além do regulamento da pesca. Informou, relativamente a diligências efetuadas, que o Secretário de Estado do Ambiente, com quem se tinha vindo a discutir esta matéria e outras ligadas ao ambiente, demitiu-se e já foram dadas instruções para, oportunamente, se contactar o novo Secretário de Estado, para pedir uma audiência. Sobre a questão da poluição e da eutrofização da barragem é da opinião que a eutrofização pode ser provocada pela poluição, considerando que esta também tem mão humana. Acrescentou no entanto que o problema não é devido ao que se considera poluição, com a atividade humana a ser preponderante. Acha que o problema da barragem tem a ver com a característica da massa de água, parada e que nem sequer tem uma fonte de abastecimento, uma vez que a linha de água que a abastece, está seca há muito tempo, devido à falta de pluviosidade. Relativamente às candidaturas aos fundos comunitários, disse que se está num processo de reprogramação do quadro comunitário e admitiu que, na discussão com os parceiros da CIMLT, o Município abdicou da Unidade de Cuidados Continuados. Deu nota que a verba era insuficiente e não se previa que fosse aumentada, para fazer uma Unidade de Cuidados Continuados de raiz. Acrescentou que já foram apresentados projetos de substituição, que estão ainda em discussão, estando essa avaliação no Programa Operacional do Alentejo, sublinhando que os projetos de substituição estão ligados à Barragem, à recuperação da massa de água e ao seu aproveitamento turístico. Sobre as obras da Escola, disse que ainda recentemente reuniu com a Secretária de Estado da Educação, faltando apenas a autorização do Secretário de Estado Orçamento, autorização que está também em falta para o quartel da GNR. Nesta obra falta também a GNR apresentar o projeto, estando a verba já devidamente inscrita para esta operação. Ainda em relação à escola, há uma parte do projeto de arquitetura que a DGEST já fez, em articulação com o nosso Gabinete Técnico e a Câmara vai agora ter de lançar projetos das



infraestruturas e projetos de especialidades. Estes só irão avançar quando o acordo estiver assinado. Em relação às questões do desenvolvimento económico e à questão da alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial, esta tem a ver precisamente com uma perspetiva de investimento no Concelho e com a TEXSA/SUPREMA, que está a desenvolver um processo de expansão no Concelho de Alpiarça, com a instalação de uma nova unidade e criação de mais postos de trabalho. A própria MONLIZ também tem algumas perspetivas de desenvolvimento e de crescimento. Relativamente ao requerimento apresentado e à reunião com os serviços, esclareceu que se tratou de uma reunião normal, como se tem feito ao longo dos anos, com todos os trabalhadores. Negou que tenha sido um comício e reiterou que foi uma reunião com o executivo, que tem funções e pelouros atribuídos. Disse que foram abordadas questões que têm a ver com política de pessoal e com a situação económica do Município. Ainda sobre a reunião com os vendedores do Mercado esclareceu que essa foi uma reunião de trabalho, para discutir aspetos de funcionamento do Mercado durante o período das obras, sendo por isso, uma questão que diz respeito a quem tem funções executivas e na qual estiveram também presentes técnicos do Município e da empresa. Considerou que o estatuto do direito da oposição é cumprido e que sempre que os Vereadores pretendem alguma informação, podem sempre obtê-la junto do Presidente.

Vereador Carlos Jorge Pereira

Começou por informar que a candidatura para a esterilização de animais foi aprovada a dezasseis de Maio e neste momento estão a ser analisadas propostas para se proceder à assinatura de um protocolo para a realização dos serviços de esterilização. Informou que a vedação do Parque Infantil do Jardim Municipal está a ser colocada, assim como os aparelhos. Sobre o tijolo em risco de queda disse que iria verificar a situação. Relativamente ao Posto de Turismo afirmou que já estão encomendadas letras “TURISMO”, que serão colocadas do lado da rua José Relvas. Sobre a situação da rua Comandante Fontoura da Costa, deu conhecimento que foi notificado o proprietário para que proceda à limpeza do terreno. Em relação à limpeza do terreno da Caixa Agrícola, esclareceu que foi alertado pelo Gabinete de Cultura da Câmara, que algumas ervas estavam a tapar a visibilidade de uma pintura realizada no âmbito do “Torreão art fest” e mandou cortar essas ervas, junto à parede, de forma que a pintura ficasse totalmente visível. Transmitiu





que a placa que está na ponte do Casal Branco já lá está há algum tempo, bem como outras colocadas noutros locais, admitindo que possa haver alguma falha e que poderão ser completadas com a sugestão do Vereador António Moreira, com a indicação de um número de telefone que os munícipes possam contactar. No entanto, está convicto que as pessoas têm informação suficiente e sabem que a Câmara recolhe esses monos. Deu nota que foram recolhidos peixes da Barragem para análise, mas não se conseguiu apanhar peixe que não estivesse já morto, não tendo sido possível fazer essa análise. Informou no entanto, que foram feitas recolhas de água para analisar.

Vereadora Sónia Sanfona

Sugeriu que se peça desde já uma reunião com o novo Secretário de estado do Ambiente, considerando que a sua obrigação é estar preparado para dar uma resposta, seja ela qual for, até pela urgência da situação. Ainda sobre a Barragem, realçou que gosta de fazer crítica com alguma consistência e não se inibe de criticar o que acha que é criticável, de discordar do que discorda, mas não utiliza argumentos que não conhece ou sobre os quais não tem qualquer domínio, para estar a acusar quem quer que seja, do que quer que seja. No entanto, reitera a necessidade de uma preocupação constante e séria sobre aquilo que eventualmente se passa na Barragem e que pelos vistos, ainda não houve forma de saber exatamente o que é. Acrescentou que se não se sabe com rigor o que se passa na Barragem, se a perceção é que é uma questão de eutrofização e os peixes morrem com falta de oxigénio, se não há uma garantia a cem por cento que é isso que se passa e há que ter cuidados, sobretudo quando a Barragem é utilizada por crianças.

O Vereador Carlos Jorge Pereira disse que, quando se referiu às análises da água da Barragem, quis dizer que esta ultima foi feita excepcionalmente, devido ao aparecimento de peixes mortos, porque as análises são feitas regularmente de dois em dois meses.

Relativamente ao requerimento que a Vereadora Sónia Sanfona apresentou, informou que o vai fazer chegar ao Presidente, por mail e solicitou uma resposta por escrito.

**Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:**

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**



**Ponto 1 – Ata para apreciação e votação.**

Proposta de Ata n.º 09/2019 - Reunião realizada no dia 10/05/2019

Município de Alpiarça

**Para Deliberação:**

O Presidente disse que a ata só foi entregue no dia da reunião, por dificuldade na produção da mesma.

O Vereador António Moreira afirmou que não estava em condições de discutir a ata, por não ter tido tempo de a ler.

A ata foi retirada, para discussão e votação na próxima reunião.

**Ponto 2 – Relatório/Informação – Balanço de Atividades PIICIE LT 2019.**

Município de Alpiarça

**Para Conhecimento:**

O Presidente trouxe este documento à reunião de Câmara, para conhecimento. Trata-se de um relatório/informação da equipa multidisciplinar de intervenção comunitária, no âmbito do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Lezíria do Tejo. Disse que o relatório aborda o trabalho já efetuado e levanta algumas questões de desconformidade com o Plano original de ação que foi apresentado. Realçou a visita do autocarro/Laboratório Móvel de apoio ao projeto, apenas para apresentação, considerando que o uso deste equipamento irá ter efeitos no início do próximo ano letivo, já estando calendarizada a utilização por parte de todos os Municípios que integram o projeto. Informou ainda que algumas das questões levantadas pela equipa e que foram transmitidas pelo Gabinete de Educação, têm sido objeto de discussão, quer no grupo de trabalho que coordena, ao nível da CIMLT este Plano, quer ao nível do Conselho Intermunicipal.

A Vereadora Sónia Sanfona começou por questionar se os Municípios que integram este projeto inicialmente, pensaram-no ou desenvolveram-no com que objetivos e quais foram as motivações que tiveram para desenvolver um projeto destes a um nível abrangente, entre os vários municípios. Perguntou se houve incentivos financeiros.

O Presidente esclareceu que esta é uma área nova em termos de intervenção, dos resultados da avaliação e das aprendizagens. Disse ainda que esta não foi uma discussão fácil no interior da



CIMLT, com opiniões muito diversas, considerando que a avaliação do próprio projeto implica atingir metas que não dependem da ação dos municípios, uma vez que esta área não é da competência das autarquias. Sublinhou no entanto que, com a evolução da discussão chegou-se à conclusão, havendo financiamento, era uma experiência a considerar pelos municípios, para em conjunto, aderirem a este programa, com o objetivo de diminuir o insucesso educativo, sabendo-se que grande parte do trabalho e da intervenção para se obterem estes resultados, não está dependente da intervenção de cada Município, nem os municípios têm um conhecimento técnico, académico, científico e pedagógico que lhes permitam ter uma visão muito clara sobre esta matéria. Acrescentou que, o que se pensou, foi trabalhar em estreita articulação com os Agrupamentos de Escolas.

Interveio a Vereadora Sónia Sanfona para dizer que entende que os municípios devem ter este tipo de intervenção junto da estrutura educativa, o que defende há muito tempo. Entende que os projetos que integrem o envolvimento dos municípios naquilo que é a produção de capital humano para o futuro, em termos educativos, é central e cada vez mais importante. A questão que coloca é que, quando é delineada uma candidatura e um conjunto de objetivos, esses objetivos são assumidos e depois tudo isto é um autentico flop. Sublinhou que, lendo o relatório e retirando dele uma visão completamente honesta e clara, encontra um conjunto de preocupações, traduzidas no documento, que devem motivar discussão e que devem motivar uma reflexão.

O Presidente considerou que há um elemento em falha e que ainda não foi criado, que funciona ao nível do apuramento dos processos e da avaliação e afinação, que é o observatório. Afirmou no entanto que há um conjunto de atividades que já foram feitas, como seminários, grupos de mentoria e, para isso, há técnicos no terreno. Salientou que, localmente, os técnicos do Município têm dado um contributo muito importante para o avanço deste processo mais geral, ao nível da Comunidade Intermunicipal, por parte da Câmara no OTL e na CAF, no desenvolvimento de algumas ações.

O Vereador António Moreira referiu que numa das chamadas de atenção dos técnicos do município, diz que não foram contempladas verbas para a aquisição de instrumentos psicológicos, o que seria no entanto, previsto no próximo orçamento. O Vereador considera que este é um dos principais falhanços deste projeto. Referindo-se a um debate que foi realizado no auditório da Casa dos Patudos sobre este tema, disse que ficou preocupado com as intervenções proferidas, porque



acha que a situação é bastante complexa. Entende que deve ser feito um seminário dirigido a professores e auxiliares de ação educativa, porque são estes que, por vezes estão mais tempo com as crianças do que os próprios pais.

O Presidente deu conhecimento à Câmara do documento.

**Ponto 3** – Emissão de certidão de Compropriedade relativamente ao Prédio sito na rua 25 de Abril, nº 89, Casalinho, em Alpiarça.

Município de Alpiarça

**Para Ratificação, conforme despacho do Sr. Presidente da Câmara:**

O Presidente disse que, devido a uma urgência na realização da escritura, aprovou a emissão de certidão e remeteu à Câmara, para ratificação.

O Engenheiro José Portugal fez a apresentação e esclareceu os fundamentos desta operação.

O Presidente colocou o ponto à votação, tendo sido ratificado por maioria, com três votos a favor (CDU) e duas abstenções (PS), a emissão de certidão de Compropriedade relativamente ao Prédio sito na rua 25 de Abril, nº 89, Casalinho, em Alpiarça.

**Ponto 4** – Proposta – Alteração ao Loteamento da Zona Industrial de Alpiarça – Discussão Pública.

Município de Alpiarça

**Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente Informação Técnica:**

O Presidente disse que este ponto trata de propor a discussão pública da Alteração ao Loteamento da Zona Industrial de Alpiarça. Recordou que este processo é a sequência da perspectiva de investimento na ZI, mas ultrapassa apenas essa circunstância e tem a ver com a correção de outros aspetos.

O Engenheiro José Portugal esclareceu os termos desta operação, que, para além de outros aspetos, incide na correção de algumas áreas.

A Vereadora Sónia Sanfona perguntou quando foi aprovado o atual Plano de Pormenor da ZI, tendo o Engenheiro José Portugal respondido que foi em dois mil e oito e o anterior em mil novecentos e noventa e seis.

A Vereadora Sónia Sanfona questionou se estas discrepâncias só se detetaram agora, tendo o Engenheiro respondido.



Sobre esta questão, o Presidente entende que quem não teve em conta os devidos valores e o devido cuidado na análise, foi quem tratou do processo em dois mil e oito e não o adequou à realidade.

O Presidente colocou de seguida o ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, sujeitar a alteração ao loteamento da Zona Industrial a discussão pública.

**Ponto 5 – Proposta – Procedimento Concursal para Nomeação em Regime de Comissão de Serviço do Cargo de Direção Intermédia de 3º Grau da Unidade Orgânica de Administração Geral, Apoio Jurídico e Recursos Humanos – Aprovação da Composição do Júri.**

Município de Alpiarça

**Para Deliberação:**

O Vereador João Pedro Arraiolos esclareceu que, de acordo com a lei, há necessidade de desenvolver o procedimento concursal, considerando que o lugar está preenchido com um funcionário em regime de substituição, de forma a regularizar a situação. Mencionou que quem tem competência para nomear o Júri é a Assembleia Municipal e o que se propõe é submeter a este órgão a proposta de composição de Júri, presente nesta reunião de Câmara.

A Vereadora Sónia Sanfona chamou a atenção para o facto de a proposta ser subscrita pelo Vereador João Pedro Arraiolos e, como é indicado como Presidente do Júri, questionou se, em termos jurídicos, haverá alguma incompatibilidade. Declarou no entanto que não tem nada a opor a este Júri.

O Vereador João Pedro Arraiolos disse que, embora tenha a competência delegada dos recursos humanos, a questão faz sentido.

Depois de alguma discussão, chegou-se ao entendimento de aprovar a proposta tal como está.

O Presidente colocou a proposta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, a composição do Júri relativo ao Procedimento Concursal para Nomeação em Regime de Comissão de Serviço do Cargo de Direção Intermédia de 3º Grau da Unidade Orgânica de Administração Geral, Apoio Jurídico e Recursos Humanos.

Deliberado também remeter à Assembleia Municipal.



**Ponto 6 – Proposta – Política de Privacidade do Município de Alpiarça.**

Município de Alpiarça

**Para Conhecimento:**

O Presidente esclareceu que se trata de um conjunto de princípios, que entendeu trazer a reunião de Câmara para conhecimento e decorre do regulamento geral de proteção de dados.

O Vereador João Pedro Arraiolos afirmou que o que se pretende é uma uniformização de procedimentos de todos os Municípios da Comunidade Intermunicipal, na sequência da publicação do regulamento de proteção de dados.

O Vereador António Moreira pediu alguns esclarecimentos, que foram respondidos pelo Vereador João Pedro Arraiolos.

Foram feitas mais algumas considerações sobre o documento.

Foi dado conhecimento.

**Ponto 7 – Licença Especial de Ruído, com início às 21,00 h do dia 08/06/2019 e termo às 06,00 h do dia 09/06/2019, para realização do evento “Casamento”, a realizar na Quinta da Torre, em Alpiarça.**

Requerente: Carlota Almada Figueiredo

**Para Deliberação:**

O Presidente propõe que a licença de ruído tenha termo às quatro horas do dia nove e não até às seis horas, como é solicitado.

Com esta alteração o Presidente colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a emissão de licença especial de ruído até às quatro horas da manhã do dia nove de Junho de dois mil e dezanove.

**Ponto 8 - Licença Especial de Ruído, com início às 21,00 h do dia 24/05/2019 e termo às 02,00 h do dia 25/05/2019, para realização do evento “Baile Convívio dos Alunos da Escola EB 2,3 de Alpiarça”, a realizar no Recinto das Tasquinhas, no Largo da Feira, em Alpiarça.**

Solicita isenção de taxas.

Requerente: Associação de Estudantes da Escola EB 2,3 de Alpiarça

**Para Ratificação:**



O Presidente colocou a ratificação da sua autorização à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

**Ponto 9 – Dia da Família 2019 – Agradecimento.**

Requerente: Comissão Alargada da CPCJ de Alpiarça

**Para Conhecimento:**

O Presidente fez algumas considerações sobre as comemorações do Dia da Família e a forma como decorreu.

Foi dado conhecimento.

**Ponto 10 – Aniversário da União de Veteranos da Ribeira de Santarém – Agradecimento.**

Requerente: União de Veteranos da Ribeira de Santarém

**Para Conhecimento:**

O Presidente fez algumas considerações sobre o agradecimento e desta iniciativa que se realiza todos os anos no Parque do Carril.

Foi dado conhecimento.

**Terminado o Período da Ordem do dia, o Presidente deu a palavra aos Municípes, dando início ao Período do Público.**

**PERÍODO DO PÚBLICO**

Não houve intervenções.

**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezoito horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data.

E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e vou assinar com o senhor Presidente.